
**“TODO SE CAMBIA, INCLUSO EL PAISAJE”:
MEMÓRIAS INDÍGENAS E MIGRAÇÃO CAMBA-CHIQUITANO¹**

Giovani José da Silva

Unifap (Universidade Federal do Amapá)

Doutor em História/ Pós-Doutor em Antropologia

Resumo: O artigo apresenta a história de um grupo indígena, os Kamba, que vivem na fronteira Brasil-Bolívia desde o início da segunda metade do século XX. Parte da história dos índios foi recuperada por meio das memórias de anciãos, migrantes da Bolívia e atualmente moradores do município de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul. A partir de elementos da História Ambiental é revelada uma trajetória de busca por uma vida melhor em terras de outro país, além da luta pelo reconhecimento da presença indígena no Brasil. Os Kamba ou *Camba-Chiquitano* se deslocaram das *tierras bajas* e, ao se instalarem na periferia de Corumbá, enfrentaram condições inóspitas em relação ao meio ambiente. Transformar o mundo natural que os rodeava, transformando-se também, sem deixarem de ser indígenas, foi um desafio aos membros do grupo.

Palavras-chave: Índios Kamba, fronteira Brasil-Bolívia, História Ambiental

Abstract: The article presents the history of an indigenous group, the Kamba, who live in the Brazil-Bolivia border since the beginning of the second half of the twentieth century. Part of the story of the Indians recovered through the memories of elders, immigrants from Bolivia and currently residents of the city of Corumbá, State of Mato Grosso do Sul. From elements of environmental history revealed a search path for a better life land of another country, and the struggle for recognition of indigenous presence in Brazil. The Kamba or *Camba-Chiquitano* moved the *tierras bajas* and to settle on the outskirts of Corumbá, facing inhospitable conditions in relation to the environment. Transform the natural world around them, becoming also, without ceasing to be indigenous was a challenge to members of the group.

Key words: Indians Kamba, Brazil-Bolivia border, Environmental History.

Considerações iniciais

Os Kamba² (ou *Camba-Chiquitano* como se autodenominam) vivem na sede do município sul-mato-grossense de Corumbá, na fronteira Brasil-Bolívia, pelo menos desde o

¹ O artigo trata-se de um prolongamento das reflexões propostas no Doutorado em História da UFG (Universidade Federal de Goiás) e no Pós-Doutorado em Antropologia da UnB (Universidade de Brasília), realizados na última década pelo autor. Agradecimentos à UFG e ao CNPq pela concessão de bolsas (2005-2009 e 2012-2013, respectivamente) para a elaboração dos trabalhos acadêmicos relacionados à presença indígena em fronteiras (JOSÉ DA SILVA, 2009; BAINES; JOSÉ DA SILVA, 2013).

² Alerta-se que, exceto nas citações e no uso dos termos Chiquitano, Chiquitanos, Chiquito e Chiquitos, em todas as nomenclaturas referentes a sociedades indígenas foram respeitadas as normas da Convenção Brasileira de Antropologia, realizada em 1953 (SCHADEN, 1976: I-II).

início da segunda metade do século XX. Estudados por antropólogos (PENTEADO, 1980; SILVA, 2009) e por, pelo menos, um historiador (JOSÉ DA SILVA, 2009), nos últimos 35 anos, esses índios revelaram, por meio de suas memórias, uma trajetória histórica de deslocamentos e busca por melhores condições de vida em outro país. Os Kamba se sabem indígenas, embora ainda não tenham sido oficialmente reconhecidos como tal pela Funai (Fundação Nacional do Índio) ou por qualquer outro órgão governamental brasileiro. Duplamente estigmatizados (por serem indígenas e considerados “estrangeiros”), elaboraram ao longo de mais de meio século em território fronteiriço, estratégias de sobrevivência física e cultural, modificando a paisagem a sua volta e também sendo modificados pelo entorno.

Estudá-los, tendo a vista as contribuições da História Ambiental, significa, dentre outras coisas, compreender que:

[...] em relação à natureza, não existem somente interesses. Há valores, e estes são decisivos. A história ambiental ensina que, em qualquer sociedade, a natureza é fonte de valores e representações intrincados, complexos, contraditórios, que nutrem as artes, as religiões, os mitos, os saberes. A natureza é uma construção cultural, concretizada nas concepções de mundo. É também marco da memória e indicador de “pertença”. De modo que o cuidado com o ambiente também depende da construção coletiva de um conjunto apropriado de valores (MARTINS, 2007: 30).

Assim, os indígenas Kamba são apresentados ao longo do texto como agentes de sua própria história, construída coletivamente e marcada por valores e representações que revelam modos de ser e viver próprios ao grupo indígena. Oriundos da Bolívia, os *Camba-Chiquitano* mais idosos fazem questão de registrar suas memórias, a fim de que não se percam para sempre na poeira do tempo ou sejam esquecidas em algum “lixão”. Presentes no Brasil há mais de cinquenta anos, os indígenas migrantes refizeram em Corumbá um *pueblito*, evocando lembranças dos “tempos de antigamente”, em que seus ancestrais habitavam as “terras baixas” (*tierras bajas*) bolivianas, próximos às antigas missões jesuíticas de Chiquitos. Foi na paisagem do Oriente boliviano que se fizeram indígenas e continuaram a sê-lo, mesmo depois que vieram para o Brasil.

As “terras baixas” cobrem toda a parte norte e leste da Bolívia e dividem-se em quatro regiões: *Yungas*, *Amazônia*, *Chaco* e *Chiquitania*. *Yungas* formam uma zona de transição entre as montanhas e cordilheiras dos Andes e a *Amazônia*, ao norte do país. A *Amazônia*, por sua vez, é formada por grandes extensões de florestas úmidas, apresentando alta diversidade de espécies de plantas e animais. Na parte sul desta região

encontram-se amplas planícies cobertas de variedades vegetais que são aproveitadas como pastos por grandes rebanhos de gado bovino. O Chaco é uma região de intenso calor, coberta por matas baixas, savanas áridas e algumas áreas úmidas. A Chiquitania, no noroeste do país (Departamento de Santa Cruz de la Sierra), é uma região menos úmida e está coberta por uma paisagem em que se alternam bosques semiúmidos e savanas. O conjunto das “terras baixas” possui uma cobertura vegetal de 445.000 km² sobre uma extensão total de aproximadamente 763.000 km² (BIRK, 2000).

Para além de fatores físicos e considerados “naturais”, este cenário geográfico foi ocupado ao longo do século XX por criadores de gado e outros não indígenas, provocando a expulsão dos povos indígenas (ou *pueblos originarios*, como são chamados na Bolívia) que não desejavam se submeter a um regime de trabalho análogo à escravidão/ servidão. Essa foi a perspectiva dos Kamba que vieram para o Brasil, além de outros grupos que decidiram reconstruir suas vidas longe/ perto da Bolívia. Daí porque não se pode dissociar a história do grupo dos fatores biofísicos, sociais e culturais presentes em todas as situações. Afinal, *“No sentido mais profundo, o desafio analítico é o de superar as divisões rígidas e dualistas entre natureza e sociedade em favor de uma leitura dinâmica e integrativa, fundada na observação do mundo que se constrói no rio do tempo”* (PÁDUA, 2012: 37).

O objetivo do artigo é apresentar parte da trajetória etno-histórica de um determinado grupo indígena ³, a partir de elementos da História Ambiental, uma vez que *“O estudo do meio ambiente e de sociedades denominadas ‘tradicionais’ tem sido valorizado nos últimos tempos”* (MARTINEZ, 2006: 35). Longe de ser um modismo, o estudo diacrônico do ambiente proporciona diferentes perspectivas da compreensão histórica das complexas relações entre os agrupamentos humanos e a natureza, relações essas que precisam ser desnaturalizadas, tanto quanto as representações que cercam aquilo que se denomina como “mundo natural” (THOMAS, 2010). Espera-se, dessa forma, unir-se a esforços empreendidos por outros historiadores e cientistas sociais no entendimento de uma História Ambiental holística, plural e polifônica (ARRUDA, 2005; MARTINEZ, 2007; KLANOVICZ; ARRUDA; CARVALHO, 2012; FRANCO; SILVA; DRUMMOND; TAVARES, 2012).

Os Chiquitanos, os deslocamentos e as mudanças na paisagem

Os estudiosos que se debruçam sobre a história dos indígenas Chiquitanos,

³ Por grupo indígena entende-se toda coletividade que se reconheça como agrupamento distinto de quaisquer outros, estabelecendo relações com o passado colonial e com as populações encontradas pelos europeus quando da chegada às Américas. Além desse auto reconhecimento, há o reconhecimento, por parte do Outro, da distinção reivindicada pelo grupo.

especialmente no século XX, concordam que a passagem da Estrada de Ferro (*ferrocarril*) Santa Cruz de la Sierra – Corumbá, pela Chiquitania, no Oriente da Bolívia, provocou fortes impactos sobre as populações indígenas e não indígenas da região (RIESTER, 1976; KREKELER, 1995; BALZA ALARCÓN, 2001). No caso dos Kamba, esse impacto se traduziu na saída de uma determinada parcela das proximidades de Roboré, Tapera e San Jose de Chiquitos e da entrada no Brasil, em meados do século passado. Pode-se afirmar, então, que a construção da *ferrocarril* (1939-1954) provocou o engajamento de considerável número de indígenas bolivianos, muitos dos quais penetraram em território brasileiro de forma clandestina aos olhos oficiais. Das razões apresentadas pelos narradores entrevistados pela antropóloga Yara Penteado (1980), em relação à migração da Bolívia para o Brasil, duas se destacaram: 1.^a) os pioneiros Kamba teriam aproveitado a “descida” para Corumbá, como mão-de-obra da *ferrocarril* e daí se fixaram na cidade; 2.^a) após esse primeiro movimento migratório, outros indígenas se deslocaram, atendendo aos chamados de parentes (afins e consanguíneos), já moradores no lado brasileiro.

Penteado reafirma que:

Este fato [a construção da *ferrocarril*] foi o mobilizador de grande parte do contingente boliviano e indígena-boliviano que hoje se encontra em Corumbá. Isto nos foi atestado pelas entrevistas que fizemos já com os “Cambas”, onde os informantes, em sua maioria, apontavam como causa de vinda, direta ou indiretamente, a construção da Estrada de Ferro (PENTEADO, 1980: 62-63).

Nas palavras do antropólogo Jürgen Riestter, a *ferrocarril* não cumpriu apenas a função de comunicação da Bolívia e do Oeste brasileiro com o Oceano Atlântico, como aspiravam alguns de seus idealizadores ⁴, mas também a de promoção de atividades econômicas ilícitas, uma vez que se instaurou “[...] *un contrabando de productos agrícolas, de productos textiles americanos y, a veces, de cocaína procedentes de Santa Cruz de la Sierra, o del Altiplano, con destino al Brasil, donde se compra a su vez productos de toda índole*” (RIESTER, 1976: 139). É certo que se pode falar em uma verdadeira “economia de contrabando” nestas regiões, estimulada pelas viagens sobre os trilhos. Os indígenas, por sua vez, sentiram-se pressionados a participarem de tal economia ou a se submeterem ao trabalho servil nas *estancias* e *haciendas*, que se formavam no que antes eram suas terras.

⁴ Em conferência intitulada “A Estrada de Ferro Brasil-Bolívia parte integrante da Transcontinental Arica-Santos”, pronunciada em 27 de janeiro de 1944, no Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, o Engenheiro-Chefe da CMFBB (Comissão Mixta Ferroviária Brasileiro-Boliviana), Luis Alberto Whately, refere-se à Estrada de Ferro Santa Cruz – Corumbá como uma parte da “[...] Transcontinental, tão bem definida pelo gênio de Euclides da Cunha, ligando Santos a Arica, de oceano a oceano, numa extensão de cerca de 4.000 kms, [...]” (WHATELY, 1952: 04).

Nazário Rocha, indígena *Camba-Chiquitano*, recordou em narrativas que indígenas e não indígenas sofriam maus tratos físicos no trabalho das *haciendas*, nesta época (JOSÉ DA SILVA, 2012). Daí porque, para alguns dos Chiquitanos, a *ferrocarril* representou a chance de vislumbrarem outras perspectivas.

Joana Aparecida Fernandes Silva, por sua vez, assim se refere à importância da Estrada de Ferro na história destes indígenas, sobretudo pelas modificações ocorridas na “paisagem natural” do Oriente boliviano:

A estrada de ferro Santa Cruz – Corumbá, que atravessa a província de Chiquitos, foi projetada para permitir a ligação do interior da Bolívia com o Atlântico. Sua construção durou décadas e trouxe modificações para a vida dos Chiquitanos que moravam na área de impacto da passagem da linha férrea, sendo a principal delas a valorização das terras, conseqüentemente invadidas por não-índios. Por outro lado, a ferrovia transformou-se em uma importante oportunidade de emprego para os Chiquitanos, mas, em contrapartida, o abandono da agricultura trouxe um empobrecimento para a região (SILVA, 2005: 138).

Outra antropóloga, Ruth Henrique da Silva, ao estudar contemporaneamente a presença *Camba* em Corumbá assevera que:

[...] se por um lado, os *Camba* indígenas, que viviam no trajeto da ferrovia obtinham trabalho tanto na Bolívia, quanto (e principalmente) no Brasil (em Corumbá), por outro abandonavam suas roças, o que foi pernicioso quando o projeto ferroviário terminou sua construção, e não havia mais empregos. Some-se a isso também a valorização das terras do entorno, que foram transformadas em grandes latifúndios, tendo agora os *Camba* rurais, indígenas ou não, como mão-de-obra sazonal (SILVA, 2009: 68; *itálicos no original*).

Ressalta-se que, apesar de ter sido a mais importante via de transporte de migração, a ferrovia não foi a única forma de deslocamento para os Kamba chegarem ao lado brasileiro da fronteira.

Uma vez no novo país os índios foram se organizando, de tal forma, a conformarem determinadas parentelas ou *sibs*, confirmando as observações de Riester (1976: 146):

Los chiquitanos están organizados en sib, compuestos por miembros consaguíneos y no consaguíneos, que llevan un apellido común. Cada sib está encabezado por el miembro más anciano, cuya esfera de obligaciones se reduce exclusivamente a su sib: solucionar desavenencias entre los miembros, consentir los matrimonios, aconsejar para el cultivo, etc.
Junto a los jefes de sib debemos mencionar a los jefes de familia. Los chiquitanos viven en familias extensas que se componen de los abuelos, los padres y los hijos.

Nazário Rocha, chefe de *sib* (Surubi) e também de família extensa, veio para o Brasil por meio da *ferrocarril* e em Corumbá tornou-se uma importante liderança Kamba, desde o início da fixação do grupo em novas terras. Observa-se que o fenômeno migratório, ocorrido na trajetória histórica de uma parcela destes indígenas, foi acompanhado por situações de estigmatização, já analisadas em outro artigo (JOSÉ DA SILVA, 2011a).

Do lado boliviano, a *ferrocarril* provocou mudanças de ordenamento espacial no Departamento de Santa Cruz, especialmente na Chiquitania. De todas as antigas missões jesuíticas, San Jose de Chiquitos tornou-se um importante ponto de passagem e parada de trens, o que provocou mudanças nos diversos *ranchos y pueblos* localizados proximamente àquela missão (JOSÉ DA SILVA, 2011b). Foi de um destes *pueblos* que saiu, ainda muito jovem, Nazario Surubi Rojas (Nazário Rocha), indígena de origem Chiquitano em direção à cidade de Corumbá, então sul de Mato Grosso.

Riester (1976: 129) estabelece uma tipologia para os diferentes núcleos populacionais onde viviam os Chiquitanos na Bolívia: *ranchos* (aldeias habitadas unicamente por indígenas); *estancias* (propriedades não indígenas, de criação de gado), geralmente cercadas por *ranchos*; *haciendas* (propriedades de *mestizos*, voltadas para a produção agrícola); *pueblos* (antigas missões jesuíticas, em que predominava população não indígena); *ranchos y pueblos* (diferentes dos já citados, por estarem localizados especificamente ao longo da linha férrea que liga Santa Cruz a Corumbá) e *barracones* (povoados ainda existentes nos seringais de Ñuflo de Chávez e Velasco, relacionados à economia da borracha). Existem diferenças entre os habitantes indígenas de cada um destes núcleos, bem como entre províncias, principalmente nas atividades econômicas e, também, nas relações estabelecidas pelos indígenas com o entorno.

A organização social e espacial dos habitantes da Chiquitania foi profundamente alterada pela chegada dos não indígenas à região, dispostos a constituir fazendas e estâncias, expulsando os habitantes originais das “terras baixas” e, sobretudo, constituindo discursos de “modernização” e “progresso”. Este processo, que marca:

A transformação da natureza no processo de instalação dos novos ocupantes e de suas formas particulares de organização do espaço, os “praticantes de espaços”, resulta em um sentimento de pertencimento, que não se dissocia do sentimento de conquista, de desbravamento. [...] leva à construção de narrativas nas quais o perfil desbravador dos seus autores ganha relevo pelo fato de terem enfrentado a opulenta floresta para revelar a fertilidade do solo daquelas. [...] A riqueza buscada não é ouro; é a propriedade agrícola que será geradora do desenvolvimento regional. [...] a natureza serviu de atrativo para os colonos, mas [...] só será produtiva quando a floresta, um outro aspecto da natureza exuberante, estiver dominada (ARRUDA, 2005: XVIII-XIX).

Desde que chegaram, os Kamba foram se estabelecendo em áreas periféricas de Corumbá, realizando ofícios que exigiam pouca ou nenhuma especialização e voltados, na maioria das vezes, para a informalidade. Nazário relatou à Silva (2009) que todos os indígenas que vieram na mesma época em que ele, na década de 1950, para o Brasil, foram atraídos pelo “trabalho que sobrava” em Corumbá e que, para obtê-lo, assumiam a nacionalidade brasileira em detrimento da boliviana.

O “trabalho que sobrava” de acordo com as narrativas ouvidas pela antropóloga (2009), não era caracterizado apenas pela escassez de mão-de-obra e/ ou fartura de postos de trabalho em Corumbá. No processo de construção da ferrovia, os trabalhos mais árduos, como o desbravamento da mata para abertura de picadas, o corte de madeira, etc., eram destinados aos trabalhadores com pouca instrução formal. Tais atividades tornaram-se uma alternativa empregatícia ofertada a todos que compunham esse perfil, inclusive os migrantes, que, em geral, falavam a língua espanhola e não possuíam qualificação profissional específica.

O trabalho de Nazário, quando chegou à Corumbá, contudo, foi um pouco diferente dos demais, pois tornou-se garçom de um dos vagões-restaurantes da linha férrea, ocupação que exerceu por apenas um ano, após a chegada ao Brasil.⁵ A construção da ferrovia possibilitou, ainda, outros trabalhos informais, como o estabelecimento de “feirinhas” volantes, próximas à ferrovia, que abasteciam os trabalhadores com diversos produtos, variando de verduras e legumes a bebidas e comidas características da Bolívia, tais como a *salteña*.

Silva (2009: 78; itálicos no original) ainda revela que:

De acordo com os moradores *Camba* do São Francisco, as “feirinhas” eram (e ainda são) muito comuns nos *pueblos* (povoados) da região da *Chiquitania*, onde se vendia o excedente da agricultura familiar para adquirir os produtos que não se produzia. Hoje, as “feirinhas” tanto no Brasil quanto na *Frontera*, em *Puerto Quijarro* (Bolívia), têm um lugar previamente fixado, vendem produtos eletrônicos e roupas, além dos gêneros alimentícios.⁶

Riester observa criticamente que para a população indígena da Chiquitania, os efeitos da construção da *ferrocarril* foram desastrosos, especialmente na esfera econômica, uma vez que ocorreu a desagregação das famílias extensas, a adoção de novos costumes e

⁵ Dentre as diversas ocupações exercidas por Nazário, ao longo de sua vida, em terras brasileiras, citam-se as de montador de móveis, entregador de gás, pedreiro e gari.

⁶ “Reduto” ou “Alameda São Francisco” foi o nome dado pelos Kamba ao lugar em que foram alocados pela Prefeitura de Corumbá, nos anos 1960, no bairro Cristo Redentor. Isso demonstra a forte ligação do grupo com o Catolicismo e, não à toa, escolheram o nome do santo protetor dos animais para o lugar onde iriam morar no Brasil.

a crescente exclusão dos índios, tornando-os cada vez mais dependentes dos não indígenas:

En el aspecto económico, el ferrocarril ha demostrado ser desventajoso para los chiquitanos. La sociedad nacional poseía las tierras al norte y sur de la línea férrea, para dedicarlas a la extracción y venta de maderas (durmiertes para los rieles nuevos y de reemplazo, maderas finas para ser transportadas al extranjero y a la región de los Valles y el Altiplano). La consecuencia fue que los indios abandonaron los pueblos aledaños a la vía férrea, porque las distancias a las chacras se hicieron cada vez mayores.

Como en la región de Chiquitos no se había puesto en práctica la reforma agraria, los no-indios pudieron apoderarse de las tierras mejor situadas, ya incorporadas al tránsito. El resultado fue el empobrecimiento de toda la región, porque por un lado, [...] no aumentaron los mercados para productos agrícolas, y por otro, los chiquitanos no querían producir más que para su propio consumo, debido al elevado costo de inversión en el sector agrario (RIESTER, 1976: 140).

Para muitos indígenas Kamba, a solução encontrada foi a migração para o Brasil, em um momento em que São Paulo, por exemplo, tornava-se uma cidade que parecia oferecer boas oportunidades de emprego para mão-de-obra não especializada, sobretudo na indústria têxtil. Contudo, uma vez em território brasileiro, Corumbá foi vista e sentida por alguns dos indígenas migrantes de origem Chiquitano como um bom lugar para reconstruírem suas vidas, longe das vicissitudes que ocorriam naquele momento em território boliviano, mas suficientemente próximo para não esquecerem de suas raízes e, afinal, de quem eram, ou seja, homens e mulheres de fronteira.

Natureza, memórias e identidades *Camba-Chiquitano*

O historiador Herbert Klein, especialista em história da Bolívia, inicia “Migração Internacional na História das Américas”, texto que abre a coletânea *Fazer a América*, organizada por Boris Fausto (2000) perguntando:

Por que as pessoas migram? Eis uma pergunta tradicional que nunca recebeu uma resposta completa, mas que deu ensejo a muitas publicações e debates. A questão básica envolve o peso dos fatores de expulsão ou de atração e a maneira como se equilibram. Para começar, deve-se dizer que a maioria dos migrantes não desejam [sic!] abandonar suas casas nem suas comunidades. Se pudessem escolher, todos – com exceção dos poucos que anseiam por mudanças e aventuras – permaneceriam em seus locais de origem. A migração, portanto, não começa até que as pessoas descubram que não conseguirão sobreviver com seus meios tradicionais em suas comunidades de origem. Na grande maioria dos casos, não logram permanecer no local porque não têm como alimentar-se nem a si próprias nem a seus filhos (KLEIN, 2000: 13).

Questão semelhante (Por que os Kamba migraram?) foi feita a colaboradores indígenas e as respostas dadas pelos filhos de Petrona Surubi (Petrona Lopes), Marta e Barnabé, e por Nazário, apontaram para algumas das mesmas razões enumeradas por Klein. Em uma das entrevistas, o ancião *Camba-Chiquitano* assim se expressou a respeito dos motivos que o levaram a deixar a Bolívia:

[...] eu acho que tava difícil; difícil o dinheiro, a roupa, essas coisas, calçado, era difícil. Então, eu achei melhor dar uma saída, quem sabe melhorar. Eu pensei que era melhor sair, procurar outro lugar [...]. Eu achava melhor eu vir pra cá e como tinha o trem aí era mais fácil, porque naquela época não se pagava até aqui na fronteira, não pagava, era de graça (JOSÉ DA SILVA, 2012: 184).

Marta e Barnabé, por sua vez, relataram que a mãe, Petrona, percorreu a pé uma parte do trajeto de fuga para o Brasil e outra parte viajando em trem. A facilidade em se locomover pela ferrovia, de San Jose de Chiquitos até Corumbá, na então recém-inaugurada linha férrea (1954), inclusive com a possibilidade de viajar “de graça”, aliada às dificuldades em se conseguir trabalho e dinheiro na Bolívia, possibilitou a vinda de Nazário para o Brasil e, mais tarde, de muitos de seus familiares, amigos e membros de sua parentela.⁷

O Oriente boliviano era povoado por inúmeras populações indígenas, especialmente de origem Chiquitano, e muitos deles decidiram migrar para o Brasil, em busca de melhores condições de vida. Mais uma vez o texto de Klein ajuda a compreender que as condições econômicas constituem o fator de expulsão mais importante nas migrações. De acordo com o historiador, três seriam as condições dominantes: “[...] o primeiro é o acesso à terra e, portanto, ao alimento; o segundo, a variação da produtividade da terra; e o terceiro, o número de membros da família que precisam ser mantidos” (KLEIN, 2000: 14). No caso dos Kamba, houve uma combinação dessas três condições.

Aos 18 anos de idade, Nazário saiu definitivamente da Bolívia, no ano de 1955. A mãe dele, Dolores Rojas (Dolores Rocha) que havia ficado naquele país, sofreu grave acidente na ferrovia, ocorrido logo após a vinda do filho para o Brasil. Nas narrativas do indígena, a *ferrocarril* apareceu inúmeras vezes como uma importante referência para os Chiquitanos, não sendo diferente no episódio do acidente sofrido por Dolores, que ocasionou a posterior vinda dela para junto de seu filho. Assim narrou, com emoção, o ancião *Camba-Chiquitano*:

⁷ A respeito da gratuidade das passagens na linha férrea Santa Cruz – Corumbá, conferir FIGUEIRÊDO, 1950.

[...], ela foi atropelada pelo trem, naquela época, lá na Bolívia. Eu já morava aqui, então eu recebi uma carta e fui lá [...] ela quebrou três costelas, mandou me chamar, eu pedi uma licença e fui lá. Ela estava internada no hospital, mas não podia nem se mexer: quebrou três costelas e mais um braço. O trem a jogou longe e ela só não morreu porque o trem não passou por cima, jogou-a de lado [...]. Ficou um ano, parece, depois que melhorou eu fui trazer ela pra cá (JOSÉ DA SILVA, 2012: 185).

O acidente ocorrido com a mãe de Nazário pode estar relacionado à maior proximidade física das comunidades indígenas em relação à via férrea. A instalação da linha do trem em diversos pontos da Chiquitania provocou um reordenamento espacial/ territorial entre as comunidades indígenas, que passaram a viver preferencialmente mais próximas às estações de Roboré e Tapera e à antiga Missão de San Jose. Ressalta-se que antes tal fato não ocorria, já que os Chiquitanos viviam mais isolados. De acordo com Nazário, por exemplo:

Lá onde nós morávamos eram umas cinco famílias, mais ou menos. Eram cinco casas, cada uma morava no seu lugarzinho. Nós morávamos fora da cidade, em um lugar longe e dava mais ou menos trinta pessoas, com os filhos. Nós trabalhávamos por conta e quando a gente precisava ia à cidade comprar coisas (JOSÉ DA SILVA, 2012: 186).

Nessa época, na Bolívia, os homens se dedicavam ao fabrico de objetos de palha (chapéus, peneiras, etc.), enquanto as mulheres produziam cerâmicas (panelas, potes, etc.). Tais práticas, contudo, foram rápida e progressivamente abandonadas, quando da chegada dos Kamba ao Brasil, dentre outros motivos por falta de matérias-primas adequadas e acessíveis ao grupo.

Ainda de acordo com o filho, *Dueña* Dolores possuía conhecimentos tradicionais a respeito de ervas utilizadas para o tratamento de diversas enfermidades, tais como dores de cabeça e de barriga, febres, tosses, dores nas costas e para auxiliar mulheres grávidas a enfrentarem situações difíceis no período de gestação e durante o parto. Tal conhecimento era transmitido de geração a geração, antes da vinda para o Brasil, não se constituindo em atividade exclusivamente masculina ou feminina. Entretanto, a dificuldade em se encontrar plantas nas matas ao redor da região que escolheram para viver, além dos altos custos dos remédios adquiridos em drogarias no Brasil, causaram estranheza aos Kamba. Ao se instalar em território brasileiro, Dolores Rocha decidiu que iria continuar cultivando ervas medicinais, além de alimentícias e outras, fazendo uma roça no exíguo espaço que dispunha no “Reduto”, atividade da qual se ocupou até o fim da vida.

Ainda que seus ancestrais tivessem um estreito contato com os jesuítas que os

cristianizaram por meio das *reducciones* (missões), os indígenas de origem Chiquitano preservam tradições e crenças indígenas, especialmente as que se relacionam à natureza. Cynthia Radding cita que “*For the Chiquitos, spirits of the natural world known as hichis have different names in relation to water, hills, rain forests and savannas*” (RADDING, 2005: 216). Os *hichis*, de acordo com as narrativas dos Kamba, são seres que tomam conta das águas de rios, riachos e córregos. Não possuem forma definida e não gostam de ser perturbados, embora, a princípio, sejam amistosos. É importante não “mexer” com eles, especialmente em determinadas horas do dia, quando saem para descansar. É nessas horas que se uma pessoa imprudente os perturbar, correrá o risco de ser levada para o fundo das águas. A crença dos *Camba-Chiquitano* nos *hichis* também confirma os estudos de Jürgen Riester, a respeito do assunto:

Para el chiquitano, la naturaleza que lo rodea tiene un amo. El chiquitano distingue entre los amos de la selva, de los cerros, del agua y de la pampa. Estos amos los designa con el nombre de “hichi”.

Hay un hichi-tuúrsch, amo del agua (tuúrsch-agua); hichi-káarsch, amo de las piedras o de los cerros (káarsch-piedra); hichi-schoés, amo de la pampa (schóes-pampa); e hichi-iúrsch, amo de la selva (iúrsch-selva) (RIESTER, 1976: 150).

O temor demonstrado pelos narradores ao falarem dos *hichis*, em especial dos *hichis-tuúrsch*, tem suas razões, uma vez que, para os Chiquitano, “*El hombre tiene que cuidarse de estos seres y respetar sus propiedades. Si no lo hace, las consecuencias pueden ser enfermedades e inclusive la muerte*” (RIESTER, 1976: 150).

Uma vez em terras brasileiras os *Camba-Chiquitano* recriaram uma espécie de *pueblito* no bairro “Cristo Redentor”, buscando reproduzir, parcialmente, em termos de práticas ambientais e culturais, uma parcialidade da paisagem deixada para trás, nos “tempos dos antigos”:

É interessante observarmos também que D. Adelaida [narradora indígena], ao se reportar ao São Francisco como um *pueblito*, numa clara referência aos *pueblos* dos quais os antigos moradores, como ela, advieram, vai além de certa semelhança com a estrutura do bairro que fundaram em Corumbá, com uma *plaza* central (construída em frente à casa do Sr. Nazario, onde a rua se bifurca) e ruelas paralelas, excetuando-se as diferenças da topografia entre os dois locais. São as relações estabelecidas pelos *Camba* em São Francisco que o tornam parecido com um *pueblo* da região da *Chiquitania*, onde os moradores embora não compartilhem mais as áreas de plantio, agora o fazem acomodando os *parentes* em seus *quintais* (SILVA, 2009: 97; *itálicos no original*).

A situação da Bolívia pós-Revolução de 1952, em que a falta de terras para a agricultura praticada pelos indígenas e as dificuldades econômicas da população em geral se agravaram, causando enorme pressão sobre as populações tradicionais, criou condições que tornaram propícia a migração dos Kamba.

No final dos anos 1970, foram registradas, por Penteado (1980), 23 famílias que se identificavam como Kamba, em um universo de aproximadamente 350 famílias pesquisadas no bairro periférico “Cristo Redentor”, perfazendo um total de 132 pessoas. Já Silva (2009), registrou, em levantamento genealógico, 393 pessoas, distribuídas em 96 famílias nucleares, contabilizando, inclusive, algumas que haviam se mudado recentemente do “Reduto” ou “Alameda São Francisco” (SILVA, 2009: 79; 101). Muitos dos migrantes bolivianos, indígenas e não indígenas, ao invés de se fixarem em Corumbá, foram tentar a sorte na capital de São Paulo.

Naquela metrópole, o trabalho que mais absorvia mão-de-obra estrangeira era (e continua sendo, em muitos casos) na indústria têxtil, especialmente a confecção de roupas, em pequenas oficinas insalubres, para a venda no atacado. Embora tenha preferido permanecer na fronteira (em vários sentidos), o próprio Nazário, em suas narrativas, recordou que aprendeu a costurar e a bordar, além de saber, também, consertar e cuidar da manutenção de máquinas de costura, em uma rápida incursão que fizera à capital paulista. Tais serviços, segundo ele, lhe agradavam muito, embora não tivesse conseguido concluir o curso para exercer as atividades.

Após a chegada ao Brasil, cercada de esperanças de uma vida melhor do que aquela na Bolívia, os migrantes perceberam que:

“[...] as representações que a sociedade local tem dos mesmos são aquelas veiculadas em geral pelos meios de comunicação social, os quais vinculam a imagem dos bolivianos com o tráfico de drogas, com a pobreza, com a falta de cultura, com a origem indígena e com a clandestinidade” (SILVA, 1997: 184).

Tais atributos servem como representações para quaisquer migrantes, sejam eles indígenas ou não indígenas. Os migrantes bolivianos que chegaram ao Brasil, seja para o trabalho nas indústrias têxteis de São Paulo ou ainda os que se fixaram em Corumbá, como foi o caso dos *Camba-Chiquitano*, aprenderam a conviver com uma série de estigmas a eles imputados ao longo do tempo.

Como alerta a antropóloga Rita Laura Segato (1999), se há um mundo aparentemente “sem fronteiras” para o trânsito de mercadorias, há outro “com barreiras”

para o trânsito de pessoas. Dessa forma, o encontro/ desencontro/ reencontro entre diferentes etnias e culturas recoloca a questão de como os migrantes veem a si mesmos e como são vistos pela sociedade na qual se inserem. A trajetória histórica dos *Camba-Chiquitano* não está dissociada do processo de estigmatização sofrido pelo grupo ao longo do tempo. No caso da comunidade indígena, a questão das identidades coloca-se como importante na medida em que os migrantes bolivianos procuram, em determinadas circunstâncias, desvencilhar-se da imagem negativa implícita na identidade nacional e reconstruir uma nova imagem de si mesmo em um contexto marcado por adversidades.⁸

Perguntado se haveria alguma animosidade entre os *Camba-Chiquitano* e os brasileiros, pelo fato de os indígenas mais velhos serem oriundos da Bolívia, Nazário assim se expressou:

Se o cara sabe que é boliviano não tem problema, mas mexer não mexe. Até os brasileiros que moram aqui, eles conhecem a gente já, mas como se diz tem mais brasileiro do que outra coisa, não sabe? Porque a gente já foi criando, nascido aqui já, produziu e tem todos os direitos, não tem problema não... (JOSÉ DA SILVA, 2012: 190).

A imagem que parte do grupo construiu sobre si mesmo é marcada por forte ambiguidade, devido às diferenças étnico-culturais e sociais existentes na Bolívia, que por sua vez se reproduzem e se transformam em Corumbá e em toda a área de fronteira entre os dois países, modificando a paisagem e sendo modificados por ela. Assim, os indígenas migrantes se veem a si mesmos, em primeiro lugar como *Chaqueños*, *Chiquitanos*, etc. e, depois, como bolivianos. E quando alguém do Altiplano (*Colla*) ou dos Vales (*Qochalo*) refere-se aos oriundos do Oriente boliviano, como é o caso dos Kamba, aparece, então, outra forma de identificação, em geral de cunho depreciativo e hostil, que é a categoria *Camba*. A identidade boliviana só vem à tona quando esses entram em contato com o Outro enquanto brasileiros, em que estes passam a vê-los a partir das imagens preconceituosas e estigmatizantes que se têm dos mesmos. Para os brasileiros, o Kamba é simplesmente “um boliviano”, com toda a carga negativa que tal identidade nacional implica.

Os Kamba, ao longo do tempo vivendo na fronteira Brasil-Bolívia, confundiram-se com a população abrangente e, em que pesem suas características físicas, na fronteira eram vistos como “bolivianos” que, não fosse a noção de terem uma origem indígena ligada

⁸ O processo de estigmatização sofrido pelo migrante boliviano no Brasil, por um lado afetou a própria autoestima do grupo indígena Kamba, introjetando um sentimento de inferioridade frente aos demais e estimulando também o isolamento e a negação das próprias identidades étnica e nacional, o que remete à “condição infernal” dos imigrantes em região de fronteira, como assinala o historiador Marco Aurélio Machado de Oliveira (2004).

aos Chiquitanos, em nada difeririam do restante da população de Corumbá, marcadamente mestiça/ miscigenada/ misturada. Além disso, há que se ressaltar que essa noção de origem indígena era muito mais vivenciada no ambiente privado dos “quintais” do “Reduto São Francisco de Assis”, do que algo a ser exibido publicamente no contexto mais amplo da sociedade regional, em que estariam sujeitos a preconceitos das mais diversas ordens. As identidades étnicas/ nacionais/ etc. foram, portanto, acionadas pelo grupo em determinados contextos, de acordo com a pertinência e a necessidade, inclusive quando os diálogos foram travados com a Funai.

Sobre o órgão indigenista, Nazário lembrou, com certo pesar, que:

[...] a Funai veio, [os antropólogos] vieram para fazer a pesquisa, para provar e confirmar se era verdade, se eram índios, se eram mesmo lá da Bolívia. E pra ver a língua, se falava, não falava, pra provar isso e depois levar pra Funai. [...]. Então minha mãe falava na língua e minha esposa traduzia para o Português. [...]. Ficaram uma semana, sumiram, falaram que iam voltar, iam mandar outras pessoas [...], mas fizeram a pesquisa e não voltaram mais (JOSÉ DA SILVA, 2012: 194-195).

Durante as entrevistas, descobriu-se existirem cópias de documentos que se encontravam sob os cuidados do narrador indígena Nazário Rocha. Nem mesmo a Igreja Católica, que manteve uma Pastoral Indigenista em funcionamento em Mato Grosso do Sul, entre as décadas de 1970 e 1980, arquivou documentos dos trabalhos realizados junto às populações indígenas da região. Nazário, ao contrário, guardou cuidadosamente, ao longo dos últimos 35 anos, cópias de toda a documentação de sua participação nos encontros promovidos pela Pastoral. No relatório dos trabalhos da equipe missionária de Corumbá, datado de 10 de agosto de 1977, por exemplo, há referências aos Kamba, embora não estejam assim identificados: “[...] muitas vezes nos encontramos com a gente dos Kadiwéus, algumas vezes com os de Tereno, todos os domingos estamos com uma Guató e gente de várias tribos que vieram da Bolívia e moram perto de nós” (PASTORAL INDIGENISTA DE CORUMBÁ, 1977b: 01; grifos do autor).

Em outro trecho, revela-se a difícil situação em que os Kamba se encontravam no bairro “Cristo Redentor”, na época:

Conseguimos um pedaço de terra na periferia de Corumbá para uma [sic!] famílias das tribos que vieram da Bolívia. As famílias vão receber até outubro título definitivo, mas se comprometem à construir suas casas. Há muitas famílias ainda que não têm terra. Temos a esperança de que todas serão atendidas (PASTORAL INDIGENISTA DE CORUMBÁ, 1977b, p. 01).

Passados mais de três décadas, a esperança revelada pelos missionários católicos não se concretizou em ações que efetivamente resolvessem o problema de terras dos Kamba, na periferia de Corumbá.

Segundo Silva (2009: 124-125; itálicos no original):

Nas entrevistas realizadas com o sr. Nazario, ele mencionava como uma das suas maiores decepções o fato da FUNAI nunca ter prestado assistência aos *Camba* e nem ter garantido um território efetivo para que pudessem se instalar. Segundo ele, as cerca de 40 famílias que ainda se auto-identificam como *Camba* e concentram-se no São Francisco, após a linha de trem, não tinham nem documentação de posse legal de suas casas, construídas quando a área *era só mato*.

Ressalta-se que à exceção de Nazário, que conseguiu regularizar a situação fundiária de seu pequeno terreno junto à Prefeitura de Corumbá, no início dos anos 1990, os demais indígenas vivem até os dias atuais no “Reduto São Francisco de Assis” preocupados em serem despejados, pois seus barracos foram construídos sobre terras não regularizadas.

Em outro documento, cuja cópia também foi guardada por Nazário, uma relação dos participantes do II Encontro de Pastoral Indígena, em Dourados, ocorrido entre os dias 1.º e 03 de setembro de 1977, constam os nomes de Nazario e João, identificados como Kamba e cuja procedência seria de “tribos bolivianas” (PASTORAL INDIGENISTA DE CORUMBÁ, 1977a, p. 01-03). João Kamba, como era conhecido, faleceu há tempos e seus descendentes não falam a respeito dele. Foram também encontradas cópias de documentos do III Encontro de Pastoral Indigenista, realizado em Aquidauana, entre 22 e 24 de agosto de 1978, em que foram reunidas lideranças dos Estados de São Paulo e do então Mato Grosso. Nesse evento foi elaborada uma carta, datada de 22 de agosto, encaminhada ao presidente da República General Ernesto Geisel, solicitando a permanência do General Ismarth Araújo de Oliveira à frente da Funai. Assinaram o documento 29 lideranças indígenas presentes àquela reunião, dentre eles Nazário Surubi Rocha, identificado como “Capitão Chiquitano”, procedente de Corumbá (PASTORAL INDIGENISTA DE CORUMBÁ, 1978, p. 02-04).

Os documentos, sob a forma de cópias, guardados por Nazário em sua casa localizada no “Reduto São Francisco de Assis”, constituem um pequeno e valioso acervo que atesta a presença Kamba no Brasil e suas relações com agências diversas, tais como a Igreja Católica e a Funai, desde o final da década de 1970.

Considerações finais

A construção da Estrada de Ferro Brasil-Bolívia, no final da primeira metade do século XX, provocou impactos nas vidas de índios e não índios da fronteira. Quanto aos Kamba, a pesquisa sobre sua trajetória em terras brasileiras e bolivianas revelou que esta população indígena tem sua história entrelaçada à história da *ferrocarril*. Uma vez vivendo em Corumbá, os Kamba foram percebendo que a própria “linha do trem” também funcionava como uma demarcação física dos espaços sociais na cidade, “onde quanto mais afastado do rio Paraguai (depois da ‘linha do trem’), menor o *status* do seu morador” (SILVA, 2009: 189). Os indígenas de origem Chiquitano estiveram majoritariamente presentes na periferia da sede do município, no “Cristo Redentor”, praticamente desde a chegada ao lado brasileiro da fronteira, estigmatizados de diversas formas. Apesar de suas origens remontarem ao passado Chiquitano e às missões jesuíticas, os Kamba constituíram-se em grupo étnico nesta passagem de um país ao outro.

O processo de migração foi motivado pela difícil situação em que se encontravam os indígenas na Bolívia, sobretudo os Chiquitanos e outros grupos das *tierras bajas*, após a Guerra do Chaco (1932-1935), restando às famílias que rejeitavam se submeter à servidão ou à “economia de contrabando”, a opção de procurar novas áreas onde pudessem se instalar. Assim, Nazário veio para o Brasil e depois trouxe parte de sua parentela e, embora tenha se instalado no “Cristo Redentor” praticamente logo após a chegada da Bolívia, o “Reduto” ou “Alameda” foi sendo formado apenas com o passar do tempo. Muitos indígenas que chegavam à Corumbá, instalaram-se primeiramente em um espaço localizado em frente à antiga estação da ferrovia NOB (Noroeste do Brasil), formando um núcleo que passou a ser conhecido como “feira boliviana”.

Edimir Moreira Rodrigues ocupou o cargo de prefeito municipal de Corumbá entre 1961 e 1965. Foi durante sua administração que ocorreu o fechamento da “feira boliviana”, em 1964, sob o argumento de que o local “*apresentava um aspecto de favelamento mais deprimente e feio para quem chegava a Corumbá [...] onde a sujeira, a promiscuidade e o alto índice de criminalidade punham em sobressalto a população de Corumbá*” (LEITE, 1978: 33-34), considerado pelas autoridades locais como um “verdadeiro quisto social”. Com o fim da “feira”, os Kamba passaram a se reunir no “Cristo Redentor”, constituindo o “Reduto São Francisco de Assis” (PENTEADO, 1980: 64-65).

Nas lembranças de Nazário:

Já tinham umas quantas [pessoas oriundas da Chiquitania, morando em Corumbá]. Moramos lá no centro, o primeiro lugar. Nós morávamos ali na frente

[da estação ferroviária], mas era só barraquinho, não tinha casa não, era uma fileira de barraquinho. Então, depois que o dono pediu lá, o prefeito nos mandou pra cá. [Ele] falou: – Vou dar uma área para vocês. Aqui [no “Reduto”] era mato ainda. [O prefeito era] o Doutor Edimir Moreira Rodrigues, advogado. Ele que nos mandou e depois quando nós limpamos tudo aqui, que era um lixão, nós mudamos aqui, cada um fez seu barraquinho, só de papelão ou compensado (JOSÉ DA SILVA, 2012: 204-205).

A ocupação do que viria a ser o “Reduto São Francisco de Assis” ou “Alameda” constitui-se em momento fundamental para a história coletiva do grupo: tratava-se do “lixão” da cidade, onde não cresciam plantas, por conta dos resíduos deixados pelas mineradoras (principalmente manganês, de acordo com os moradores do local), um ambiente insalubre e inóspito.⁹ Domesticar tal ambiente, transformando-o em território culturalmente efetivo – lócus de relações sociais e de reprodução cultural e física – é também o momento embrionário de uma identidade exclusiva, a de *Camba-Chiquitano*, conectada aos Chiquitanos, mas em parte diferente daquela que havia sido deixada na Bolívia. Foi o fato de serem oriundos dos Chiquitanos ou Chiquitos, grupo marcado historicamente por condições de contato hostis e pela servidão, que permitiu as transformações desta condição e a criação de um lugar social para o grupo, onde antes havia apenas um matagal e o lixo da cidade de Corumbá. Com o tempo, categorizações pejorativas (“índios sem-terra”, “bugres”, “bolivianos”) dirigidas pela população não indígena local foram sendo neutralizadas e transformadas em atributos positivos de identidade, ao se modificar valores que a elas estavam agregados.

Nas palavras de Ugo Maia Andrade, seguindo as pistas de Pierre Bourdieu (2006), isso significa “*transformar um estigma em emblema de identidade*” (ANDRADE, 2004: 115). Assim é que os Kamba se sabiam diferentes, mas associavam (e, diga-se de passagem, muitos ainda associam) sua autoimagem ao “bugre” ou “boliviano”, construída pelos regionais. Toda esta carga de estigmatização não começa no Brasil, mas na Bolívia, e é carregada na migração do grupo. Com isto foi possível a emergência de um novo classificador – “índio *Camba-Chiquitano*” – baseado em categorias de identidade que se reportam ao passado jesuítico dos ancestrais Chiquitanos e à procedência de uma parte do grupo das planícies bolivianas. Tais categorias superam as classificações negativas desta alteridade, assimiladas conforme os estigmas que lhes foram imputados. O fato demonstra

⁹ A transformação do “lixão” da cidade em “Alameda” ocorreu em meados da década de 1970, durante a administração do prefeito Acyr Pereira Lima (LEITE, 1978: 34). Houve, nas palavras de Nazário, uma inauguração com a presença de padre e a realização de missa na praça central, demonstrando os fortes vínculos destes índios com as práticas culturais e religiosas do Catolicismo na época.

que os Kamba vêm organizando, de modo diverso ao longo do tempo, suas auto-percepção e diferença em relação aos Outros com quem vêm interagindo, mantendo certa unidade em meio às constantes modificações dos conteúdos que as sustentam.

É importante ressaltar que para se contar a história dos Kamba, aliás como a de qualquer outra sociedade – já que o regime de apropriação da natureza é um elemento fundamental para a compreensão da dinâmica dos grupos (WORSTER, 1991) – não é possível se enfatizar apenas a dimensão simbólica de tal apropriação, mas, também, a dimensão material, verificando-se que ambas são indissociáveis na inter-relação dos grupos humanos, sejam eles indígenas ou não indígenas, com a natureza. O “mundo natural” dos Kamba, na Bolívia ou no Brasil, é habitado por *hichis*, ou “amos” (“donos”) dos elementos naturais, como as águas e as pedras.

Os Kamba, em seus deslocamentos (e nas memórias sobre esses deslocamentos), se transformaram para continuarem a ser índios e, sendo índios, mantiveram-se apegados a tradições, ao mesmo tempo em que se abriam a transformações. Tais mudanças podem ser observadas, por exemplo, no manejo de novas tecnologias, no trato com pesquisadores que os procuram para estudá-los e, até mesmo, na forma como lidam com as mudanças na paisagem que os circundam. Afinal, como diria certo indígena quando perguntado se a vida na Bolívia era melhor do que aquela vivida no Brasil, ao responder que “*no*”, lembrou que tudo muda ao redor das pessoas, o tempo todo: “*todo se cambia, incluso el paisaje*”.

Referências

ANDRADE, Ugo Maia. Dos estigmas aos emblemas de identidade: os percursos da formação de um povo. *Revista de Estudos e Pesquisas*, Brasília, Funai, vol. 1, n. 1, p. 99-139, jul. 2004.

ARRUDA, Gilmar (Org.). *Natureza, fronteiras e territórios: imagens e narrativas*. Londrina: UEL, 2005. 312 p.

ARRUDA, Gilmar. Apresentação – Narrativas e imagens da transformação da natureza, territórios e fronteiras. In: ARRUDA, Gilmar (Org.). *Natureza, fronteiras e territórios: imagens e narrativas*. Londrina: UEL, 2005. p. VII-XX.

BAINES, Stephen; JOSÉ DA SILVA, Giovani. Os outros e os confins das fronteiras: presenças indígenas em limites de Estados nacionais. In: COSTA, Gustavo Villela Lima da; BIVAR, Vanessa dos Santos Bodstein (Orgs.). *Fronteiras em questão: múltiplos olhares*, 2013. P. 113-135.

BALZA ALARCÓN, Roberto. *Tierra, territorio y territorialidad indígena: un estudio antropológico sobre la evolución en las formas de ocupación del espacio del pueblo indígena chiquitano de la ex-reducción jesuíta de San José*. Santa Cruz de la Sierra: APCOB/ SNV/ IWGIA, 2001. 355 p.

BIRK, Gudrun. *Dueños del bosque: manejo de los recursos naturales por indígenas chiquitanos de Bolivia*. Trad. Alexandra Shand. Santa Cruz de la Sierra: APCOB, 2000. 302 p. (Pueblos indígenas de las tierras bajas de Bolivia, 14).

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 9. ed. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 316 p.

FAUSTO, Boris. (Org.). *Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2000. 577 p.

FIGUEIRÊDO, Lima. *A Noroeste do Brasil e a Brasil-Bolívia*. São Paulo: José Olympio, 1950. 105 p.

FRANCO, José Luiz de Andrade; SILVA, Sandro Dutra e; DRUMMOND, José Augusto; TAVARES, Giovana Galvão (Orgs.). *História ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. 390 p.

JOSÉ DA SILVA, Giovanni. *A presença Camba-Chiquitano na fronteira Brasil-Bolívia (1938-1987): identidades, migrações e práticas culturais*. 2009. 292 f. Tese (Doutorado em História) – UFG (Universidade Federal de Goiás), Goiânia, 2009.

JOSÉ DA SILVA, Giovanni. A respeito de migrações e estigmas: indígenas Camba-Chiquitano na fronteira Brasil-Bolívia, segunda metade do século XX. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 15, n. 2, p. 159-171, maio/ ago. 2011a.

JOSÉ DA SILVA, Giovanni. *Identidades cambiantes: os Kamba na fronteira Brasil-Bolívia*. Goiânia: UFG, 2012. 240 p.

JOSÉ DA SILVA, Giovanni. Séculos de história indígena no coração da América do Sul: os Chiquitano no (atual) Oriente boliviano. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 18, n. 34, p. 159-186, 2011b.

KLANOVICZ, Jó; ARRUDA, Gilmar; CARVALHO, Ely Bergo de (Orgs.). *História ambiental no sul do Brasil: apropriações do mundo natural*. São Paulo: Alameda, 2012. 255 p.

KLEIN, Herbert. S. Migração internacional na História das Américas. In: FAUSTO, Boris (Org.). *Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2000. p. 13-31.

KREKELER, Birgit. *Historia de los Chiquitanos*. Trad. Peter Dressendörfer. Santa Cruz de la Sierra: APCOB, 1995. 239 p. (Pueblos indígenas de las tierras bajas de Bolivia, 2).

LEITE, Fernando. *Corumbá: histórica e turística*. Corumbá: Edição do Autor, 1978. 127 p.

MARTINEZ, Paulo Henrique. *História ambiental no Brasil: pesquisa e ensino*. São Paulo: Cortez, 2006. 120 p. (Questões da nossa época, 130).

MARTINEZ, Paulo Henrique (Org.). *História ambiental paulista: temas, fontes, métodos*. São Paulo: Senac São Paulo, 2007. 304 p.

MARTINS, Marcos Lobato. *História e meio ambiente*. São Paulo: Annablume/ Faculdades Pedro Leopoldo, 2007. 144 p.

OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de. Imigrantes em região de fronteira: condição infernal. In: OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de (Org.). *Guerras e imigrações*. Campo Grande: UFMS, 2004. p. 189-203.

PÁDUA, José Augusto de. As bases teóricas da história ambiental. In: FRANCO, José Luiz de Andrade; SILVA, Sandro Dutra e; DRUMMOND, José Augusto; TAVARES, Giovana Galvão (Orgs.). *História ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. 390 p.

PASTORAL INDIGENISTA DE CORUMBÁ. III Encontro de Pastoral Indígena. Aquidauana, 1978, 7 p.

PASTORAL INDIGENISTA DE CORUMBÁ. Participantes do II Encontro de Pastoral Indigenista. Dourados, 1977a, 3 p.

PASTORAL INDIGENISTA DE CORUMBÁ. Relatório dos trabalhos da Equipe Missionária de Corumbá. Corumbá, 1977b. 1 p.

PENTEADO, Yara Maria Brum. *A condição urbana: estudo de dois casos de inserção do índio na vida cidadina*. 1980. 118 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 1980.

RADDING, Cynthia. *Landscapes of power and identity: comparative histories in the Sonoran Desert and the forests of Amazonia from Colony to Republic*. Durham/ London: Duke University Press, 2005. 431 p.

RIESTER, Jürgen. *En busca de la loma santa*. La Paz/ Cochabamba: Los Amigos del Libro, 1976. 376 p.

SCHADEN, Egon. *Leituras de etnologia brasileira*. São Paulo: Nacional, 1976. 527 p.

SEGATO, Rita Laura. Identidades políticas/ alteridades históricas: una crítica a las certezas del pluralismo global. *Anuário Antropológico 97*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, p. 161-196, 1999.

SILVA, Joana Aparecida Fernandes. Fronteira compartilhada, território fragmentado: os Chiquitanos no Brasil e na Bolívia. In: SALOMON; Marlon; SILVA, Joana Fernandes; ROCHA, Leandro Mendes (Orgs.). *Processos de territorialização: entre a História e a Antropologia*. Goiânia: UCG, 2005. p. 119-146.

SILVA, Ruth Henrique da. *Brasileiros, bolivianos ou indígenas? Construções identitárias dos Camba no Brasil*, 2009. 207 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – UFF (Universidade Federal Fluminense), Niterói, 2009.

SILVA, Sidney Antônio da. *Costurando sonhos: trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo*. São Paulo: Paulinas, 1997. 292 p. (Estudos e Debates).

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. Trad. João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 537 p.

WHATELY, Luis Alberto. *A Estrada de Ferro Brasil-Bolívia (Parte integrante da Transcontinental Arica-Santos)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jornal do Comercio/ Rodrigues & Cia, 1952. 34 p.

WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

Recebido: 20/04/2015

Aprovado: 07/07/2015